

JUNHO / 2018

INTERNACIONAL

EUROPA

Conforme a agência Eurostat, as vendas no varejo da zona do euro decepcionaram e ficaram estáveis em maio, perante abril, quando se esperava um avanço de 0,1%. Na comparação anual o crescimento das vendas foi de 1,4%.

Já em junho, a atividade empresarial cresceu um pouco mais rápida com o PMI Composto final tendo subido de 54,1 pontos em maio, para 54,9 no mês seguinte.

Quanto à inflação do consumidor, em junho foi verificada a taxa mais alta em um ano, com o aumento dos preços da energia. A alta de 2% na base anual levou a inflação para a meta do Banco Central Europeu - BCE.

Em sua última reunião realizada em junho, o BCE manteve novamente em 0% a sua taxa básica de juros e em -0,4% a taxa de depósitos. A novidade, foi o anúncio de que decidiu encerrar no final deste ano o programa de compra de títulos, sendo que entre outubro e dezembro planeja comprar 15 bilhões de euros em títulos, por mês.

EUA

Conforme a terceira e última estimativa do Departamento de Comércio, o PIB americano no primeiro trimestre de 2018 subiu à taxa anual de 2%, mostrando desaceleração em relação ao trimestre anterior, com os gastos dos consumidores crescendo no ritmo mais fraco. Em relação à segunda estimativa, o crescimento diminuiu 0,2 pontos.

Quanto ao mercado de trabalho, a criação de vagas de trabalho não agrícola em junho foi de 213 mil novos postos, quando a expectativa era de 195 mil. A taxa de desemprego, que era de 3,8% em maio avançou para 4% em junho. Já os salários subiram 0,19% em relação ao mês anterior, acumulando alta de 2,7% em um ano.

Em relação à taxa básica de juros, o FED decidiu elevá-la do intervalo entre 1,5% e 1,75% ao ano, para o intervalo entre 1,75% e 2%, em reunião no meio de junho. No comunicado após a reunião afirmou que vê fortalecimento do mercado de trabalho e da atividade econômica e retirou sua promessa de manter a taxa baixa o suficiente para estimular a economia por algum tempo.

ÁSIA

No Japão, o banco central manteve em sua reunião de junho inalterada as diretrizes de política monetária ao deixar a taxa de depósitos em -0,1% e continuar com o programa de comprar títulos em um ritmo anual de 80 trilhões de ienes.

MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento de 2,82% a.a. no final de maio, terminaram junho com rendimento de 2,85% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico rendiam 1,27% a.a. Os emitidos pelo governo alemão, por sua vez, fecharam o mês de junho com rendimento de 0,31%. Paralelamente, no mês, o dólar se desvalorizou 0,33% perante o euro e se valorizou 1,86% perante o yen, por exemplo.

Já as bolsas internacionais tiveram em maio um mês de altas e baixas. Enquanto a bolsa alemã (Dax) recuou 2,37% no mês e a inglesa (FTSE 100) 0,54%, a do Japão (Nikkei 225) subiu 0,46%, e a americana (S&P 500) 0,48%.

No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent subiu no mês de junho 3,03%.

NACIONAL

ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA

Conforme o Banco Central, a economia brasileira cresceu 0,46% em abril, frente a março. Na comparação anual a alta foi de 3,70% sem os ajustes sazonais. Já em maio, com a greve dos caminhoneiros, a produção industrial despencou 10,9% frente ao mês anterior e 6,6% em relação a 2017.

Já a taxa de desemprego, que era de 12,9% no trimestre encerrado em abril, recuou para 12,7% no trimestre encerrado em maio, com 13,2 milhões de pessoas sem trabalho. O rendimento médio real do trabalhador foi de R\$ 2.187,00 no final do trimestre.

SETOR PÚBLICO

Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$8,2 bilhões em maio. Em doze meses o déficit primário foi de R\$ 95,8 bilhões.

As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 384,3 bilhões (5,77% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 480,2 bilhões (7,21% do PIB) no mesmo período.

A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em março R\$ 5,13 trilhões (77% do PIB).

INFLAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), subiu em junho 1,26%, depois da alta de 0,40% em maio. Em doze meses, a alta acumulada foi de 4,39% e no ano de 2,60%.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 1,43% em junho e acumulou alta de 3,53% em doze meses e de 2,57% no ano.

JUROS

Em sua reunião no final de junho, o Copom por unanimidade decidiu manter a taxa Selic em 6,50%, por conta da paralização no setor de transporte e da piora do cenário externo.

Na ata da reunião, o BC reconheceu que o processo de alta dos juros nos EUA gera riscos para os mercados emergentes e preferiu não sinalizar os próximos passos da política monetária.

CÂMBIO E SETOR EXTERNO

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de junho cotada em R\$ 3,85, com uma valorização de 3,18% no mês.

Em maio, as transações correntes, apresentaram superávit de US\$729 milhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 13 bilhões.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 3 bilhões em maio e acumularam US\$ 61,8 bilhões em doze meses. As reservas internacionais eram de US\$ 382,5 bilhões no final do mês.

A Balança Comercial, por sua vez, teve em junho de 2018 um superávit de US\$ 5,88 bilhões, o que elevou o resultado no ano para US\$ 30,05 bilhões.

RENDA FIXA

Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de junho acabou sendo o do IRF-M1 com alta de 0,55%, seguido do DI com alta de 0,52%.

RENDA VARIÁVEL

Para o Ibovespa, a variação no mês foi de -5,20%, acumulando no ano queda de 4,76% e em doze meses alta de 15,68%. O índice encerrou junho em 72.762 pontos.

PERSPECTIVAS

MERCADO INTERNACIONAL

Além da elevação dos juros pelo FED e da consequente valorização do dólar no mercado internacional, bem como o anúncio do término dos estímulos quantitativos na zona do euro, no final deste ano, o mercado financeiro e de capitais internacional foi sacudido pela guerra comercial que se iniciou com a adoção pelos EUA, de tarifas de importação sobre produtos siderúrgicos e alumínio, bem como sobre US\$ 50 bilhões em produtos chineses. Em represália, tanto a China, quanto a União Europeia e a Rússia já anunciaram medidas compensatórias.

Outro temor a ser acompanhado é de que o petróleo suba de forma acentuada, juntamente com outras commodities de forma a alimentar uma inflação que em algum momento pode superar suas respectivas metas. Maior volatilidade nos mercados está à vista.

MERCADO NACIONAL

Os momentos de tensão e volatilidade que o mercado viveu em junho, consequência da greve dos caminhoneiros e da valorização continuada do dólar no exterior e aqui, poderão se repetir nos próximos meses. A guerra comercial iniciada pelo governo Trump pode ter desdobramentos indesejáveis para o Brasil e demais mercados emergentes, além de ser difícil prever sua extensão e duração. Embora com o alto desemprego a demanda doméstica continue enfraquecida, um dólar mais alto pode ter reflexos inflacionários, em momento em que os custos de energia se elevam no mundo. E sem falar no impacto das próximas eleições.

Quanto às aplicações financeiras dos RPPS, diante do cenário externo volátil, com a continuada valorização do dólar que também impactará na inflação local e dada a queda na atividade econômica, que deverá ter importante impacto na arrecadação fiscal do setor público consolidado, além das incertezas com as eleições presidenciais, é grande a possibilidade de retornos negativos com os subíndices da família IMA e IDKA, principalmente os de prazo mais longo. Assim, achamos por bem sugerir aumento de 10% para 15% na exposição em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a devida atenção.

Para os vértices médios (IMA-B 5, IDKA 2A e IRF-M Total) recomendamos uma exposição de não mais 25% e sim de 20% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's aumentamos a alocação sugerida de 20%, para 35%. Lembramos que para evitar o desenquadramento aos limites da Resolução CMN nº 4.604/2017, o percentual máximo de alocação em fundos DI passou a ser de 40%.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos.

Quanto à renda variável, continuamos a recomendar a exposição máxima de 30%, por conta da melhora da atividade econômica neste ano, que já se reflete em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfólio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais supõem a meta atuarial. Assim, já incluídas as alocações em fundos multimercado (10%) que com a nova resolução ficaram maiores, continua a mesma em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%), sendo que a alocação em ações, com o novo perfil dos fundos multimercado passou a ser de 10%.

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

Sugestão de Alocação dos Recursos – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	70%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture) **	0%
Gestão do Duration	15%
Médio Prazo (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDKA 2A)	20%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1 e CDB)	35%
<u>Renda Variável</u>	30%
Fundos de Ações	10%
Multimercados	10%
Fundos em Participações	5%
Fundos Imobiliários	5%

** Aos clientes que investem em FIDC / Crédito Privado / Fundo Debênture, utilizar como limite máximo o percentual destinado ao Médio Prazo.